

Sem traumas, vice governa plenamente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Em meio a tantas esperanças, mas a nenhuma certeza, presta-se a ocasião para uma radiografia da maior mudança até agora promovida pela Nova República, precisamente por conta dos amargos acontecimentos envolvendo a saúde do presidente eleito Tancredo Neves. Depois de 21 anos recentes de inversão da natureza das coisas, assiste-se tranquilamente ao funcionamento das instituições que regulam o exercício e a transferência do poder. Os vice-presidentes voltam a assumir, a substituir e até a suceder, se for o caso, sem traumas nem dúvidas. Nem contestações nem marginalizações. José Sarney está exercendo na plenitude os seus encargos de chefe do governo, perturbado apenas pelo inusitado da situação e por questões éticas que, com o prolongamento da ausência de Tancredo Neves e as ameaças de ela se tornar permanente, evoluem para a necessidade, também ética, de colocar a administração federal funcionando a todo vapor.

O primeiro sinal dessa hamletiana dúvida cabocla da exata função dos vices aconteceu logo após a proclamação da República. Deodoro da Fonseca, eleito presidente constitucional pela Assembléia Constituinte de 1891, renunciou em seguida, em meio a crise violenta. Mas mandou "chamar o funcionário que deveria substituí-lo", no caso o também marechal Floriano Peixoto, e saiu de cena para entrar na História, morrendo meses depois. Floriano deveria, pela Constituição vigente, promover novas eleições diretas, já que a vaga se dera na primeira metade do quadriênio, mas não quis. Fez vista grossa do texto, governou assinando todos os seus atos na condição de "vice-presidente em exercício" e, como a demonstrar com tanta antecedência que nada de novo acontece sob o Sol, negou-se a transmitir a faixa presidencial a Prudente de Moraes, eleito para sucedê-lo ao final do período iniciado por Deodoro. O primeiro civil presidente da República adoeceu em meio a seu mandato e foi substituído pelo vice, Manoel Vitorino, que pretendia tomar ares de presidente definitivo, mudando o Ministério e articulando o impedimento do titular. Vitorino surpreendeu-se quando, meses depois, o circunspeto paulista desceu do trem, de Teresópolis, tomou um cabriolé na estação ferroviária e entrou tranquilamente no Palácio do Catete, mandando-lhe seco ofício onde dizia estar reassumindo a chefia do governo.

Depois, a República Velha funcionou com perfeição, nesse particular, sucedendo-se os presidentes e a normalidade. Venceslau Brás era vice do marechal Hermes da Fonseca, brigou com ele, passou quatro anos pescando em Itajubá (bom dia dr. Aureliano Chaves) e, ao final, viu-se escolhido candidato de conciliação do Partido Republicano. Seu sucessor, o conselheiro Rodrigues Alves, eleito pela segunda vez para a Presidência, não pôde tomar posse. Catu doente, na rua Senador Vergueiro, a alguns quarteirões do Palácio do Catete, onde seu vice, Delfim Moreira, recebeu a faixa e honrarias. Rodrigues Alves morreu pouco depois e Delfim Moreira cumpriu a Constituição: governou e fez realizar eleições diretas. No ano seguinte, assumiu Epitácio Pessoa.

Com a revolução de 1930, acabaram-se os vices. Como presidente provisório, até 1934, Getúlio Vargas não tinha substituto e, eleito indiretamente pela Assembléia Nacional Constituinte, a situação pouco mudou. A Constituição de 1934 não estabelecia a figura do vice-presidente, dispondo que, no caso de vaga, assumiria o presidente da Câmara, até promover novas eleições. Com o golpe fascista de 1937, dado pelo próprio Getúlio, passou a vigorar a "Polaca", Constituição que também não previa a figura do vice-presidente. Vagando-se o cargo, um nebuloso Conselho Federal elegeria, entre os seus membros, "no mesmo dia", um presidente provisório encarregado de convocar o "colégio eleitoral" para nova eleição.

Só em 1945/46 a torrente voltou ao leito. O general Eurico Dutra foi eleito junto com a nova Assembléia

Nacional Constituinte, mas com um vice, Nereu Ramos. Cinco anos depois, o presidente era outra vez Getúlio Vargas, pelo voto popular, com Café Filho na Vice-Presidência. A violenta crise que levou o ex-ditador ao suicídio teve solução institucional dentro da normalidade: Café Filho tornou-se o presidente, sem precisar prestar juramento, vestir faixa ou oferecer recepções. Um ano e pouco depois, licenciando-se para tratamento de saúde, foi substituído pelo presidente da Câmara, Carlos Luz, logo deposto pelo ministro do Exército, general Teixeira Lott. Prestonado, o Congresso votou o impedimento de Café Filho. Nereu Ramos, presidente do Senado, quarto na linha sucessória, governou até transmitir o poder a Juscelino Kubitschek. Os vices funcionavam, tendo João Goulart sido reeleito para o cargo, com Jânio Quadros. Nem aí o processo conseguiu ser desvirtuado, apesar das tentativas. Renunciando Quadros, seguiram-se semanas de convulsão e quase guerra civil, mas Goulart assumiu a chefia do governo. Caiu em março de 1964, quando começaram as agruras dos substitutos, que não eram feitos para substituir.

O marechal Castello Branco não se ausentou do País um dia sequer, para não ter de passar a Presidência, mesmo interinistima, a José Maria Alkmin. Os militares não aceitavam. Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, conseguiu que, um mês depois, Pedro Aleixo ficasse três dias em seu lugar, enquanto ia à reunião de presidentes americanos, em Punta Del Este. Mas quando foi para assumir de verdade, em setembro de 1969, diante da trombose de Costa e Silva, o vice-presidente Pedro Aleixo acabou preso. Cristalizou-se, naquele abjeto período, a mais abjeta concepção de que os vices revolucionários, se fossem civis, não poderiam assumir. Resultado: a Junta Militar que usurpou o poder por quase 60 dias acabou cedendo à pressão castrense e manobrando para que um militar fosse escolhido vice, junto com o novo presidente, obviamente também militar. O almirante Augusto Rademaker substituiu algumas vezes o general Garrastazu Médici, quando de suas viagens ao Exterior. O mesmo aconteceu com o general Adalberto Pereira dos Santos, pelas viletas do general Ernesto Geisel. Recomeçavam as aragens institucionalizantes, e Aureliano Chaves acabou indicado vice de João Figueiredo. No começo, tudo correu às mil maravilhas, com substituições curtas e temporárias, durante viagens, mas, no dia em que o quinto presidente revolucionário sofreu um enfarte, outra moléstia revelou-se por inteiro. Militares mais próximos de Figueiredo, de Walter Pires e Octávio Medeiros a Danilo Venturini, discutiram a hipótese de ele não ser substituído, e só o bom senso e a firmeza do ministro Letícia de Abreu puderam superar o impasse. Aureliano assumiu, como assumiria mais tarde, em 1983, pela operação a que se submeteu Figueiredo, nos Estados Unidos. Por ter trabalhado com afinco, ganhou o desafeto do titular, que, dali por diante, não mais viajou ao Exterior, só para não passar o poder ao substituto. Mesmo quando submetido a outra operação, na coluna vertebral, anestesiado, o singular presidente quis continuar presidente.

Pois não é que tudo mudou? As duas décadas e pouco de conturbação, confusão,opotência e arbítrio não conseguiram inocular a Nova República com o germe da intranquilidade e da exceção. Sem poder assumir, operado naquela madrugada, Tancredo Neves foi substituído por José Sarney, a 15 de março passado. E José Sarney, pela Constituição, é tanto substituto como sucessor, pelo tempo que durar o mandato para o qual foi eleito junto com Tancredo, ou até que a Assembléia Nacional Constituinte, reunida em 1987, resolva em contrário. Não há como deixar de registrar a importância dos acontecimentos que se sucedem, no plano institucional, apesar da amargura permanente dos dias atuais, com o presidente entre a vida e a morte. Sob esse aspecto, a Nova República inaugura-se com o pé direito. Realizou-se uma grande mudança. C.C.